

## **VISÕES DE CLASSE E LUTA PELO ESPAÇO: UM ESTUDO A PARTIR DE UMA OPERAÇÃO URBANA EM SÃO PAULO**

**LÍVIA MASCHIO FIORAVANTI<sup>1</sup>**

### **1- Introdução**

O principal objetivo deste artigo é a busca de uma compreensão do conflito entre parte das lógicas e dos interesses que permeiam a elaboração da Operação Urbana Butantã Vila – Sônia (OUBVS), na região oeste da metrópole de São Paulo, e as reivindicações e modos de uso do espaço dos diferentes grupos de moradores da área abrangida pela Operação. Neste trabalho, partimos da premissa de que, segundo Carlos (2011a: 57), “o processo de reprodução da sociedade, sob o comando do capital, realiza-se na produção do espaço”. A noção de “produção do espaço”, neste sentido, é central para a compreensão, a partir da Geografia, dos processos espaciais e sociais.

Dessa forma, considerando o espaço como produção social acreditamos que o recorte espacial da Operação Urbana nos permite compreender algumas das contradições da sociedade e da urbanização contemporâneas. Com espaços marcados pela diferenciação socioespacial, as organizações de moradores que surgiram em oposição à Operação Urbana apresentam pontos de vistas diferenciados de acordo com os espaços e classes sociais das quais se originaram. Nesse sentido, segundo Carlos (2011b: 51), “a existência da sociedade de classes, apoiada na concentração da riqueza, determina acessos e modos de uso aos espaços-tempos da realização da vida diferenciados”. Segundo a autora, as lutas de classe se desdobram em lutas pelo espaço, havendo possibilidades e desejos distintos de acordo com a maneira pela qual são construídas as relações socioespaciais no plano do lugar.

Como consequência de interesses opostos dos agentes da produção do espaço (entendidos como aqueles voltados à acumulação capitalista e aqueles voltados à apropriação), as intervenções previstas pela minuta de lei da Operação Urbana foram alteradas diversas vezes desde 2005, ano de início de sua elaboração. A mobilização dos moradores formados principalmente por um grupo de médio e de alto poder aquisitivo atingiu um novo patamar no período de novembro de 2011 até junho de 2013 (momento em que escrevemos), pois “a Operação Urbana e todos os seus estudos estavam paralisados por determinação da Justiça por intermédio de Ação Civil Pública impetrada pelo Ministério Público Estadual, em conjunto com movimentos e associações de moradores da região”

---

<sup>1</sup> Mestranda em Geografia Humana pela USP. Bolsista FAPESP. Contato: [liviafioravanti@usp.br](mailto:liviafioravanti@usp.br)  
<http://www.enanpege.ggf.br>

(SILVA, 2013: 191). O principal motivo da suspensão da Operação Urbana foi a considerada, pelos moradores e pelo Ministério Público, “ausência de participação popular” de acordo com o que se prevê no Plano Diretor e no Estatuto da Cidade.

Parte-se da hipótese de que a segregação espacial, uma tendência da Operação Urbana Butantã – Vila Sônia independentemente de sua implantação, se intensifica pelo conflito em torno dos antagônicos (e inconciliáveis) usos do lugar e pelas diferentes demandas e estratégias de luta que grupos de moradores de poderes aquisitivos distintos entre si apresentam diante dos projetos de requalificação urbana. As necessidades, os desejos e os acessos aos meios de mobilização são determinados, por sua vez, na produção do espaço urbano capitalista, pelo acesso à propriedade, a qual determina todos os demais acessos e modos de apropriação diferenciados do espaço urbano.

O estudo dessa Operação nos revela os conflitos entre os modos de apropriação do espaço (conflitos que revelam a contradição de um espaço voltado à realização da vida humana e de espaço voltado à reprodução do capital) e permite uma compreensão, mesmo que parcial, dos processos que caracterizam a metrópole, considerada, como nível intermediário de análise entre a ordem distante (o Estado, as instituições, a lógica da acumulação do capital) e a ordem próxima (a vida cotidiana). A partir dos conflitos pelo e no espaço, articulamos os caminhos percorridos por parcelas da sociedade (em lugares fragmentados e articulados que se caracterizam respectiva e predominantemente por populações de baixo, médio e alto poder aquisitivo) com as atuais estratégias políticas e econômicas de valorização do espaço urbano.

## **2 - Desenvolvimento**

### **2.1 - As Operações Urbanas no contexto das políticas de espaço**

As Operações Urbanas (assim como demais projetos de valorização sob a forma de requalificação urbana) se generalizam nas metrópoles e têm como consequência a intensificação da segregação espacial, além de revelar o papel central que o espaço passou a ter à reprodução do capital. Partindo da premissa de que "a geografia dos lugares da metrópole deve estar diante da reprodução da totalidade, da metrópole e do mundo" (PÁDUA, 2011: 98), entendemos a OUBVS em um processo mais amplo: a produção do espaço passa a pertencer aos momentos de valorização do capital e se altera na medida em que há a necessidade de tornar o lugar atrativo ao capital e aos circuitos produtivos. Contudo, ao mesmo tempo em que é necessário inserir os projetos de valorização em um momento no qual a produção do espaço aparece como crucial ao processo de acumulação

e crise do capital, também é preciso analisar quais problemáticas são novas e o que há de particular no plano de lugar, diferenciando, no caso de nosso estudo, a Operação Urbana Butantã – Vila Sônia dos traços em comum das requalificações urbanas mundiais.

Considerando que os processos que envolvem as requalificações apresentam tendências totalizantes de reprodução da lógica da dinâmica capitalista, é possível buscar pontos em comum e caminhos semelhantes a sua análise. Nesse sentido, Donzelot (2012: 13-223) ressalta que "o que produz uma política deve se ler primeiro no processo de sua elaboração", não cabendo averiguar se a mesma "alcançou suas promessas ou fracassou em relação aos seus objetivos declarados". Analisa-se "o porvir produzido por essa política, a linha de transformação da questão urbana que ela produz".

Dessa forma, estudamos a OUBVS a partir de seus conteúdos, não cabendo, portanto, segundo Alvarez (2008: 146), "julgar a qualidade do paisagismo nem o seu resultado estético", mas entendê-la "enquanto uma estratégia de Estado, vinculada ao movimento da reprodução"<sup>2</sup>. Procurando fugir de análises ingênuas sobre os processos socioespaciais vinculados às requalificações urbanas, é crucial ressaltar que o espaço é, conforme Lefebvre (2008), instrumental e político, cuja racionalidade e dominação apenas se mantêm pelo Estado. Compreendemos, assim, a Operação Urbana Butantã – Vila Sônia segundo a noção de Ribeiro (2012) de "política de espaço". Para a autora, as políticas de espaço se tratam de projetos de valorização inseridos na "trama de negócios de urbanização" em um momento em que a "produção do espaço urbano é um elemento central na reprodução capitalista". A partir de uma nova relação entre Estado e capital (cf. ideias desenvolvidas por Carlos), Ribeiro (2012: 251) afirma que:

(...) orientação dada na articulação entre o privado e o público, com acento sobre a reprodução do capital, as ações hegemônicas sobre o espaço se caracterizam como políticas que conduzem a um processo de homogeneização deste mesmo espaço, que necessita, ao se transformar em mercadoria, se tornar equivalente. Para tanto, na produção de um espaço intercambiável, as ações estatais também adquirem a centralidade por meio do planejamento (...).

Nesse contexto em que as políticas de espaço realizam os negócios no e do urbano, Alvarez (2008: 216-222) ressalta que a finalidade das operações urbanas é "garantir a continuidade da valorização" e "abrir e antecipar a possibilidade de valorização na metrópole, enquanto estratégia de reprodução". Essa continuidade da valorização,

---

<sup>2</sup> Alvarez se não se refere nesta obra a esta Operação Urbana em específico, mas a análise realizada pela autora pode ser extrapolada para a OUBVS bem como para quaisquer outras em andamento ou previstas, seja em São Paulo seja em outra metrópole.

<http://www.enanpege.ggf.br>

possibilitada pelas operações urbanas ou demais formas das políticas de espaço, é crucial ao capitalismo em um momento no qual o espaço é produzido enquanto raridade. Segundo Carlos (2011a: 69), devido às “necessidades impostas pela reprodução do capital, o espaço produzido socialmente – e tornado mercadoria, no processo histórico, é apropriado privativamente, criando limites à sua própria reprodução”. Assim, o espaço “entra em contradição com as necessidades do desenvolvimento do próprio capital: a “raridade” como resultante do processo de produção do espaço sob o capitalismo gera uma contradição que é inerente a esse desenvolvimento”. Essa raridade resulta da articulação entre propriedade privada do solo urbano, centralidade de determinado fragmento na metrópole bem como seu índice de construção em relação a demais espaços (CARLOS, 2001).

## **2.2 - Os negócios urbanos e a Operação Urbana Butantã - Vila Sônia**

Silva (2013: 213) afirma que se pode entender o surgimento da proposta da OUBVS a partir do “contexto da reprodução de novas operações urbanas, de modo a manter um estoque de potenciais adicionais de construção, sob o discurso da qualificação e renovação urbanas”. A minuta de lei do projeto da Operação Urbana, datada de janeiro de 2006, apresenta como elemento principal do projeto da OUBVS a implantação da Linha 04 Amarela do metrô (a qual conectará o centro da cidade à estação Vila Sônia e atualmente interliga as estações Luz e Butantã). Nesse sentido, Sales (2005) afirma que essa OU começou a ser elaborada em 2004 devido aos “possíveis processos de valorização e transformações socioespaciais” que seriam gerados com a implantação da Linha Amarela do metrô. Entretanto, de acordo com Silva (2013: 215), justificando o interesse nessa OU em detrimento de outras também elaboradas no Plano Diretor Estratégico no ano de 2002:

(...) as outras operações urbanas previstas em 2002 se assentam em outras tramas viárias, principalmente o ferroviário (Lapa-Brás, Diagonal Norte e Diagonal Sul) e o rodoviário (Rio Verde – Jacu e Vila Leopoldina – Jaguaré) (...). Isso significa que a Linha 4 possui uma singularidade em relação às outras linhas de metrô, no que se refere especialmente ao elemento indutor da OUCVS [Operação Urbana Consorciada Vila Sônia] (...) O Vetor Sudoeste, em plena consolidação, estendeu sua influência e pujança em direção ao “além rio”, onde até 2011 não havia em funcionamento uma única via férrea de transporte de massa.

Na medida em que a realização de investimentos públicos – no caso desta OU, particularmente do metrô – são fundamentais para tornar uma área atrativa ao mercado imobiliário, associa-se a elaboração da OUBVS a um processo maior ligado à Linha Amarela, a qual, por sua vez, permite a expansão dos negócios urbanos, como coloca Silva

<http://www.enanpege.ggf.br>

(2013), além-Rio Pinheiros. A dinâmica imobiliária do vetor sudoeste já alcançava o Butantã antes da construção da Linha Amarela e da inauguração da estação Butantã, em março de 2011. O aumento dos preços dos imóveis e a quantidade de lançamentos residenciais demonstram esse processo. De acordo com dados da Embraesp cedidos à autora (2007; 2011), a média do preço do metro quadrado de lançamentos verticais e horizontais era de 2.528 reais entre os anos de 2005 e 2007. Nesse período, existiram 38 lançamentos, totalizando 4.202 unidades de cerca de 95,43 metros quadrados de área útil. Já entre 2009 e 2011, o metro quadrado passou para 4.152 reais. Houve 37 lançamentos que somaram 5.121 unidades de 82,53 metros quadrados, aproximadamente. Ainda segundo a Embraesp, o Butantã foi o distrito com maior número de lançamentos residenciais em São Paulo entre janeiro a setembro de 2007, com 2.089 apartamentos. No ano de 2011, apareceu em segundo lugar em área construída no município, seguindo a zona de valor do Morumbi.

A discussão do “desdobramento da centralidade” (CORDEIRO, 1980) além-Rio Pinheiros e o aumento no preço dos imóveis no Butantã, nos leva ao conceito de situação geográfica, isto é, a relação de um espaço com os demais que o influenciam, envolvendo as interações espaciais vinculadas a cada localização bem como a compreensão da produção do espaço em determinados lugares e momentos, nas mais variadas escalas. Dessa forma, é diante da localização (relativa) do Butantã na metrópole – atrativa aos negócios no e do urbano – e das atuais conjunturas e estruturas políticas e econômicas que podemos apreender os conteúdos e contradições da produção do espaço.

Segundo Ribeiro (2012), é a partir da “relação lugar-cidade” que se pode alcançar uma forma de apreender as políticas de espaço. Afirma-se, portanto, segundo Silva (2013: 218), que “em relação aos negócios no urbano, o metrô chegou *tardamente*” ao Butantã. A Operação Urbana Butantã – Vila Sônia visa dar um fôlego a essas estratégias espaciais de valorização. Se a mesma se justifica no discurso estatal a partir da necessidade de “ordenar” a valorização imobiliária decorrente da Linha Amarela, a própria elaboração de seu projeto tem como consequência o processo de valorização e a especulação imobiliária, fazendo com que a OU colabore para desencadear um processo que a justifique. A OUBVS e a valorização imobiliária são, portanto, indissociáveis, pertencendo a processos e representações que “realimentam” um ao outro.

### **2.3 - Da diferenciação socioespacial ao conflito no/do lugar**

De acordo com Carlos (2007; 2011b), uma sociedade de classes e fundada na desigualdade é o centro explicativo da diferenciação socioespacial, simultaneamente

pressuposto e produto (contraditório e necessário) do processo histórico de produção do espaço. Essa produção espacial confere diferencialmente valores às parcelas do espaço. Na medida em que “numa sociedade capitalista o acesso à cidade se dá pela mediação do mercado, em função da existência da propriedade privada” (CARLOS, 2011b: 116) e a diferenciação é imanente à produção espacial, é o lugar de cada um “ocupado na produção e reprodução do modo de produção capitalista” o que “define seu lugar na cidade” (RODRIGUES, 1988: 48-49). Segundo Rodrigues (1988: 91), a divisão da sociedade em classes sociais e em faixas salariais na classe trabalhadora leva a “formas diferentes de se apropriar do espaço urbano, face às condições salariais, objetivas, mas também as condições objetivas do modo e condição de vida”. Assim, o uso do solo urbano depende no modo de produção capitalista da capacidade de pagar de cada um, havendo uma subjugação do valor de uso ao valor de troca.

A abrangência do perímetro da OUBVS em lugares cujos moradores apresentam rendas extramente díspares traz como problemática o modo como essa diferenciação socioespacial é vivida concretamente na escala do lugar (a partir do que cada um pode pagar pelo acesso, sobretudo, à moradia) e a maneira pela qual resulta em necessidades e desejos diferenciados. Estudaremos essa diferenciação a partir do conflito gerado pela OUBVS em dois diferentes lugares. Cada um deles se caracteriza por população de estratos de renda relativamente homogêneos. As diferentes estratégias e interesses dos moradores a partir do lugar (seja na reprodução capitalista seja na cidade) revelam modos de apropriação do espaço diferenciados.

O conflito em torno dos lugares (gerado a partir do acesso diferenciado da sociedade às parcelas do espaço com valores diferenciados) abrangidos pela Operação Urbana ilumina as contradições do processo de produção do espaço capitalista. É no plano do lugar, segundo Carlos (2011: 83), que se vive “a contradição principal (reveladora de outras) que funda o processo de produção do espaço: o processo de produção social do espaço em conflito com sua apropriação privada”. Nesse sentido, o lugar se produz como o “nível do conflito” e como plano do vivido “contém um emaranhado de relações determinadas por processos hegemônicos, ao mesmo tempo em que, retém os espaços-tempos resistentes à integração plena a eles, contendo um conjunto heterogêneo de formas de viver” (RIBEIRO, 2012: 81-82).

### **2.3.1 - As organizações de moradores: visões de classe e de cidade**

A partir da OUBVS e de suas intervenções mais polêmicas (com maior visibilidade na imprensa e repercussão entre os moradores da região), analisamos as respostas às



intervenções previstas pelo poder público e a relação com as necessidades e os desejos de cada grupo de moradores na escala do lugar. No primeiro lugar, as intervenções chamaram significativa atenção da população uma vez que se previa a construção de um túnel passando sob o parque da Previdência e continuando sobre a Praça Elis Regina. Esse projeto traria, além de danos ambientais às áreas verdes, a destruição de espaços públicos e a desapropriação de diversas casas. As mobilizações dos moradores deste lugar levaram a promessa da Prefeitura, mais de dois anos após um dos muitos pedidos de esclarecimentos, de que o traçado do túnel seria alterado.

A polêmica sobre o projeto começou no ano de 2005 como um desdobramento de uma reunião para discutir o Plano Regional Estratégico da Subprefeitura do Butantã. Desde então, diversas “organizações de moradores”<sup>3</sup> foram criadas para facilitar os questionamentos em relação às intervenções previstas pela Operação Urbana. Utilizaram-se argumentos técnicos (como a largura de uma avenida menor do que a apresentada pelo EIA – RIMA da OUBVS e indagações, por meio de estudos geológicos, sobre a adequabilidade do solo à construção de um túnel) e jurídicos (como a ausência de Estudos de Impacto de Vizinhança na elaboração do projeto da OUCBVS). Nas mobilizações transcorridas neste lugar, observou-se ainda significativo papel de professores e funcionários da Cidade Universitária e de escolas da região. As reuniões em oposição ao projeto do túnel retomaram força nos anos de 2009 e de 2010. Diante das demandas e das dúvidas que surgiram em relação ao projeto, realizaram-se diversas reuniões a partir das quais se organizou um abaixo-assinado (com mais de três mil assinaturas) e um site. Houve significativo destaque na mídia às críticas ao projeto, com reportagens em jornais de grande circulação, em canais de televisão ou entrevistas a estações de rádio.

O segundo lugar é a favela Jardim Jaqueline, a qual foi escolhida por se tratar de uma área com presença majoritária de população de menor renda no perímetro da Operação Urbana<sup>4</sup>. Com questões vinculadas diretamente à moradia (na qual se manifestam as faces mais cruéis da segregação), a população enfrentou caminhos mais

---

<sup>3</sup> Optamos pela denominação de “organização de moradores” devido ao caráter diverso (e com frequência) oposto das diversas associações de moradores, entidades e movimentos analisados em nossa pesquisa. Se por um lado alguns grupos de moradores estavam, sobretudo preocupados em não diminuir o preço de seu imóvel outros, no transcorrer das mobilizações em relação à OU, ganharam ou fortaleceram uma visão mais ampla de cidade, reivindicando, por exemplo, o uso e apropriação de espaços públicos.

<sup>4</sup> Em nossa pesquisa de mestrado, as condições da diferenciação socioespacial e como ela se realiza nos levaram a estudar um terceiro lugar, além Operação Urbana, mas ainda na região do Butantã. Alguns dos seus moradores participaram das reuniões de debate sobre a OUBVS, mas com uma demanda bem diferente da ambiental: tratava-se da necessidade da luta pela permanência no lugar diante dos processos de valorização.

<http://www.enanpege.ggf.br>

tortuosos de diálogo sobre a OUBVS, com informações ainda menos claras sobre as intervenções previstas do que os moradores do primeiro lugar analisado. Vale destacar que este lugar não estava inicialmente previsto no perímetro inicial da OU datado de 2002, tendo sido incorporado ao projeto em 2006 (com a “urbanização do Jardim Jaqueline e Vale da Esperança”). Como detalha Silva (2013), o perímetro da OU de 2006 incorporou áreas verdes e favelas, ratificando os objetivos legais e institucionais do que se prevê para uma Operação Urbana segundo o Estatuto da Cidade, com destaque para “melhorias sociais e valorização ambiental” (artigo 32). A OUBVS ganhou, portanto, com a ampliação do perímetro, álibis social e ambiental para legitimar seu projeto de valorização.

Em agosto de 2011, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano afirmou que 30% da verba arrecadada com a venda dos Certificados Potenciais de Adicional de Construção seriam destinados a Habitações de Interesse Social (e não apenas o mínimo de 10% previsto no Estatuto da Cidade). Essa alteração pode ter sido resultado dos diversos questionamentos feitos pelas organizações de moradores ao projeto de túnel, bem como um meio de “silenciar” algumas entidades e ganhar apoio de grupos de moradores (mesmo que os mesmos questionem o projeto de “urbanização” da favela do modo com que ele é colocado). Assim, o poder público atendia parte das reivindicações dos moradores: enfatizando a “urbanização” de favelas como principal meta do projeto e retirando o projeto do túnel como um objetivo principal da OUBVS, deslocava o foco das discussões ambientais e técnicas para as sociais. Diante da mobilização dos moradores e ampla divulgação na mídia de críticas do urbanismo que vinha sendo colocado até então, o álibi social surgiu nesse momento como uma estratégia para permitir a continuidade do projeto da Operação Urbana. Afinal, quem poderia ser contra mais verba para melhorias na infraestrutura da favela? Dessa forma, um projeto que traz em seu bojo os processos de valorização e de segregação ganha apoio de parcela da população ao supostamente destinar a maior parte de sua verba (antes da mobilização dos moradores, destinada a construção de um túnel) para investimentos em lugares de população de menor renda.

É preciso revelar as contradições, uma vez que o discurso de “bem-comum” (o qual justifica as Operações Urbanas e é ao mesmo tempo utilizado pela classe média) é adotado pelas organizações de moradores, ocultando interesses de classe. O “bem-comum” dos moradores de mais alta renda que não desejam metrô próximo de suas casas não é o mesmo daquele do morador da periferia do Butantã. A ideia de bem-comum retira o potencial contestador do debate e se constitui em uma armadilha ao tratar a sociedade como um todo homogêneo e harmonioso (BURNETT, 2011). Dentro do contexto dos



diferentes interesses de classe é preciso ressaltar que os interesses de proprietários e inquilinos são, com frequência, opostos. Como afirma Harvey (1982: 14) a casa própria leva “uma facção da classe trabalhadora a comprometer sua luta inevitável pela apropriação do valor nas sociedades capitalistas”, colocando-a ao lado “do princípio da propriedade privada e frequentemente a leva a se apropriar de valores à custa de outras facções da classe trabalhadora”.

Um exemplo do caráter de classe foi a anulação em 2005 da estação Três Poderes de metrô da Linha Amarela e de um terminal de ônibus. Com argumentos técnicos, os moradores reuniram cerca de 600 assinaturas questionando essas intervenções. Outro caso emblemático ocorreu na reunião temática da OUBVS sobre uso e ocupação do solo realizada no dia 22 de outubro de 2011. Na ocasião, uma moradora do bairro City Butantã (de classe de maior renda e próximo à Cidade Universitária) indagou os técnicos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano sobre os “paredões de prédios de 14 andares que irão se formar entre o meu bairro e a USP, criando grandes corredores de vento”. A discussão se alongou durante mais de uma hora e meia sobre mudança de gabarito construtivo, coeficiente de aproveitamento, a verticalização de uma rua no bairro e zonas exclusivamente residenciais. Durante o acalorado debate, a moradora finalmente pergunta: “Mas qual pedaço você está falando? Porque o meu pedaço é esse pedaço...”. Nota-se que os discursos realizados por determinadas classes (e pelo Estado) procuram mascarar a preocupação com a desvalorização da propriedade e ocultar o fato de que na cidade capitalista, “para uns é priorizado o valor-de-uso da propriedade, para outros o valor-de-troca” (RODRIGUES, 1988, 259). Assim, de acordo com o lugar e o acesso a ele, existem visões de classe e de cidade diferenciadas: há a preocupação com o preço e valor do imóvel, com a manutenção de áreas verdes e espaços de lazer e ainda necessidades mais básicas relacionadas ao morar e à própria permanência no lugar.

Há um papel da técnica encobrendo o urbanismo enquanto ideologia e prática (LEFEBVRE, 2008) e legitimando as políticas espaciais bem como interesses classistas. O “discurso competente” (CHAUÍ, 1986), fundado na técnica e no domínio da ciência, passa a ser o discurso neutro da cientificidade ou do suposto conhecimento, sendo crucial para a manutenção dos discursos espaciais (preenchidos pelos álibis ambiental e social, como no caso da OUBVS) e legitimidade das operações urbanas e demais políticas espaciais.

Entretanto, se por um lado a informação e a técnica são instrumentos de dominação do espaço utilizados pelo Estado e capitalistas, também aparecem como importantes instrumentos no embate, mesmo que institucional, desses moradores por outro espaço na

medida em que podem fornecer maior mobilidade de escolhas e maior visibilidade às suas demandas, necessidades e desejos. Se mesmo para as classes médias com um conhecimento das estruturas do Estado e dos argumentos técnicos e jurídicos foram muitos os embates com o poder público, para as classes de menor renda o caminho é ainda mais difícil: afinal, segundo Chauí (1986: 22) “não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância”.

### **3 - Considerações Finais**

A mobilização dos moradores em oposição a algumas das intervenções previstas pela OUBVS foi fundamentada, em grande medida, na defesa do bem-comum e da qualidade ambiental, sendo em parte o mesmo discurso espacial adotado pelo mercado imobiliário e o Estado. Embora as mobilizações observadas em todos os lugares analisados desta pesquisa sejam permeadas pela a “fetichização do planejamento urbano” (BURNETT, 2011), pelo “mito da gestão equivocada da cidade” (RIBEIRO, 2012) ou pela “governança” e crença na “democracia participativa” (SILVA, 2013), não se pode negar a importância da mobilização obtida pelos moradores, sobretudo de classe média, ao anularem, pela primeira vez, uma operação urbana em São Paulo. Se muitos moradores preocuparam-se com o valor de seu imóvel ou apenas com possíveis dados ambientais, em alguns momentos e discussões era o uso da cidade o que foi colocado em questão e reivindicado.

Por um lado, frequentemente a resistência à urbanização capitalista adquire “um caráter pontual e defensivo, sem visão nem de conjunto nem de alternativa” e não se questiona a propriedade privada (GARNIER, 2008: 65). Assim, o caráter e visão de classe durante as mobilizações de questionamento à Operação Urbana não se abalaram, bem como a crença no planejamento se manteve. É preciso lembrar que caráter defensivo, de resposta ao Estado e crença nas “políticas públicas têm claro limite: não apontam para a contradição que fundamenta a produção do espaço urbano” (ALVAREZ, 2008: 113), isto é, sua produção social e sua apropriação privada. Por outro lado, Harvey (2012:22) afirma que “as cidades onde nós vivemos são cada vez mais divididas, fragmentadas e conflituosas. Nossa visão de mundo e dos possíveis varia de acordo com o lado da barreira do qual nós nos encontramos e segundo tipo de consumo ao qual nós temos acesso”. Não apenas existem grupos com interesses distintos no espaço urbano (variáveis de acordo com os modos de uso e de apropriação do espaço), mas esses interesses nem sempre são claros em relação a seus objetivos e premissas. Conforme observamos nas organizações de moradores de nossa pesquisa, algumas reivindicações específicas sobre a Operação

Urbana resultaram em questionamentos maiores sobre a maneira pela qual metrópole de São Paulo é pensada pelos planejadores e vivida por seus habitantes. "Determinadas iniciativas parecem na superfície serem apenas reformistas, mas quando essas iniciativas se difundem, revelam outras camadas mais profundas de visões e de ações mais radicais a escala metropolitana" (HARVEY, 2012: 91).

O traçado da OUBVS nos revelou diferenciações de classe e de que modo o conflito entre a ordem distante e a ordem próxima aparece no cotidiano de modo diferenciado. Há uma intensificação da diferenciação socioespacial concretizada em segregação socioespacial pelos diferentes acessos à propriedade e ao solo urbano, que se traduzem em demandas diferenciadas face ao Estado. O estudo da Operação Urbana Butantã Vila – Sônia ou de outra forma de política de espaço nos permite refletir sobre os conteúdos da reprodução do espaço, apontando para novas estratégias espaciais (com destaque à relação entre espaço, Estado e empreendedores imobiliários), o papel crucial dos discursos espaciais ou o aprofundamento da segregação. Por fim, em relação à anulação da OU desde o ano de 2012, é crucial destacar que, enquanto política de espaço, a OU atingiu (mesmo que em parte) seu objetivo principal: a valorização do espaço. Ela cumpre um papel enquanto representação espacial e intensifica a valorização, tendo sido citada inclusive em junho de 2013, após sua anulação, como estratégia de *marketing* em anúncios publicitários de um empreendimento residencial<sup>5</sup>.

Se por um lado foi no cotidiano em que se perceberam as visões de classe de alguns movimentos (ter ou não metrô, preservar uma praça, regularizar uma propriedade) e as diferentes concepções sobre a cidade e seu futuro, é a partir dele de onde virá a transformação espacial, inevitavelmente marcada por contradições e conflitos.

### Referências Bibliográficas

ALVAREZ, I. A. P. *A reprodução da metrópole: o projeto Eixo Tamanduatehy*. 2008. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – FFLCH – USP.

BURNETT, F. L. *Da tragédia urbana à farsa d urbanismo reformista. A fetichização dos planos diretores participativos*. São Paulo: Annablume, 2011.

CARLOS, A. F. A. *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.

---

<sup>5</sup> Folheto do empreendimento Passeio no Bosque – Bonfiglioli. Edição 2018. Junho de 2013. "Desde o início da implantação do metrô no bairro, a região vem recebendo melhorias em diversos setores. A valorização ambiental e as transformações urbanísticas, que constam na Operação Urbana Consorciada Vila Sônia, inclui melhorias no Parque Raposo Tavares (...)". Disponível em <[www.videoimovel.com.br](http://www.videoimovel.com.br)>.

<http://www.enanpege.ggf.br>

- \_\_\_\_\_. Diferenciação Socioespacial. *CIDADES*, v.4, n.6, 2007, p. 45-60.
- \_\_\_\_\_. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO; M. E. B. *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011a.
- \_\_\_\_\_. A condição espacial. São Paulo: Contexto, 2011b.
- CHAUÍ, M. *Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CORDEIRO, H. K. *O centro da metrópole paulistana: expansão recente*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Instituto de Geografia, 1980.
- DONZELOT, J. *À quoi sert la rénovation urbaine ?* (dir.). Paris : PUF, 2012
- GARNIER, Jean-Pierre. La volonté de non-savoir. In : AGONE. *Histoire, Politique & Sociologie. Villes & Résistances sociales*. Número 38/39. Marseille: Éditions Agone, 2008.
- HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. *Rev. Espaço e Debates*, São Paulo, n.6, jun/set. 1982.
- HARVEY, David. *Le capitalisme contre le droit à la ville : néolibéralisme, urbanisation, résistances*. Paris: Éd. Amsterdam, 2012.
- LEFEBVRE, H. *Espaço e Política*. Belo Horizonte: Editoria UFMG, 2008.
- RODRIGUES, A. M. *Na procura do lugar o encontro da identidade: um estudo do processo de ocupação de terras: Osasco*. São Paulo: Labor Edições 1988.
- PADUA, R. F. de. *Produção e consumo do lugar: espaços de desindustrialização na reprodução da metrópole*. 2012. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – FFLCH – USP.
- RIBEIRO, F. V. *A luta pelo espaço: da segurança da posse à política de regularização fundiária de interesse social em São Paulo*. 2012. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – FFLCH – USP.
- SALES, Pedro Manoel Rivaben. *Operações Urbanas em São Paulo - parte 4*. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp310.asp>>. Acesso em: 23 fev. 2010.
- SÃO PAULO (Município). SMDU. *Minuta do Projeto de Lei da Operação Urbana Vila Sônia*. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/pelacidadeviva>>. Acesso em 26 jun. 2013.
- SILVA, M. R. *A reprodução do espaço nas tramas da metrópole: Operação Urbana Consorciada Vila Sônia*. 2013. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – FFLCH – USP.